

REEDIÇÃO DE UM DISCURSO

JOÃO MARTINS PEREIRA

Ao recolher elementos para a "Casa Vermelha", na imprensa lisboeta entre Outubro de 73 e Março de 74, deparei com um discurso político que, mesmo tendo eu vivido esse período, me surpreendeu pela inequívoca similaridade com aquele que lemos na imprensa de hoje. Embora já parcialmente publicados no "Combate", a leitura conjunta de alguns exemplos desse discurso oferece matéria para reflexão.

Os textos que se seguem são passagens de discursos (ou pareceres) de responsáveis políticos do marcelismo, alguns deles, de resto, também figuras de relevo no regime actual (curiosamente, todos da área soarista). Vejamos então :

Silva Pinto (Ministro das Corporações) "Queremos um diálogo sério e honesto [com patrões e sindicatos]"

Elmano Alves (Pres. da Com. Executiva da ANP, ex-União Nacional) "O país, ao votar, não escolheu apenas entre homens. Referendou, sobretudo, uma política nacional, assente no respeito pela Constituição e pelos seus princípios fundamentais. E plebiscitou, por assim dizer, o Governo que lucidamente definiu essa política e afincadamente a promete executar"

Parecer da Câmara Corporativa sobre o IV Plano de Fomento Justificam-se as elevadas taxas de crescimento nele previstas por serem "necessárias para modernizar a economia, melhorar rápida e significativamente o nível de vida da população e adaptar o país aos condicionalismos resultantes da integração europeia"

Veiga Simão (Ministro da Educação) "Vou dedicar nos próximos meses grande parte das minhas energias aos professores e à resolução dos problemas fundamentais que os afectam"

Homem de Mello (deputado) Tendo em conta o que designa como "o fim do período de euforia económica do Ocidente", diz : "Eis-nos portanto a suportar os efeitos e consequências do temporal que desabou sobre o Ocidente", pelo que "seria ridículo concluir que os males que presentemente nos afligem são essencialmente produto de erros e omissões de quem governa"

Marcelo Caetano à Assembleia Nacional "Nem eu, nem nenhum dos homens que me acompanham no governo, nenhum de nós ocupa os seus cargos por ambição pessoal. Anima-nos unicamente o espírito de servir o interesse nacional, o espírito de servir, pela melhor maneira, a Pátria comum. É a esta Assembleia que compete dizer agora se o rumo que seguimos está certo. E disciplinadamente me submeterei depois ao veredicto de quem tem autoridade para o proferir"

General Paiva Brandão (CEME) a Marcelo "Não será demais repetir que o militar se distingue pela sua camaradagem, capacidade de sacrifício, sentido de coesão e devoção à Pátria". E mais adiante : "A Corporação militar [está] pronta a cumprir a missão que lhe é determinada [pelo poder político]"

É claro que o quadro político de então não era o mesmo que hoje temos. É certo que havia censura, PIDE, guerra colonial, que o sindicalismo ainda era o "corporativo" e as greves eram ilegais (embora estivessem em crescendo), etc. etc. E obviamente quando se diz "ao votar", ou quando se deposita o futuro do governo nas mãos da Assembleia, se trata de meras ficções verbais, já que as "eleições" eram o que se sabe e a dita Assembleia não tinha quaisquer poderes para derrubar o governo.

Mas, dito isto, não é possível ficar indiferente ao facto de que qualquer dos textos acima poderia ter sido escrito (ou dito), sem alteração de uma vírgula, por responsáveis políticos dos nossos dias. Pode mesmo afirmar-se que já os lemos ou ouvimos, quase iguais, nos últimos meses, para não recuar mais. E ignorámos, deliberadamente, outros tipos de discurso, de que o exemplo mais típico é o das "inaugurações", que só viriam reforçar esta absoluta sensação de déjà vu.

Que grandes temas percorrem esse discurso, quais as suas tónicas mais evidentes ? A legitimação do poder (em Elmano e Caetano) nomeadamente pelo voto ; o interesse nacional (de que o governo, devidamente legitimado, assume deter o monopólio) ; mas também a desresponsabilização do poder, sempre que surgem problemas (em H. de Mello) ; a preocupação dos governantes com os problemas concretos dos governados (em V. Simão) ; a despersonalização e transitoriedade do poder (i.e. o importante são "as políticas", não "as pessoas" - como diz E. Alves -, cujo "espírito de serviço" e "não-apego aos cargos" são realçados por Marcelo) ; a modernização do país, numa perspectiva de aproximação dos padrões europeus ; enfim, a mística militar de espírito de missão e devoção à Pátria, numa lógica de submissão ao poder político.

Ao tempo do marcelismo, tudo isto, já o sublinhámos, seria uma mera ficção verbal. Mas se o discurso actual é idêntico, poderemos interrogar-nos : e se hoje, em circunstâncias distintas, continuasse a ser uma ficção ? Melhor : e se, já no tempo do marcelismo, não fosse de facto apenas isso, mas a expressão "fantasiada" de aspirações e interesses sociais ascendentes que viam nesse discurso sinais de intenções que a política real diariamente desmentia ? E se hoje fosse, em definitivo, a expressão desses mesmos interesses, agora plenamente identificados com o Regime e plenamente representados nas suas instituições ? A ser assim, poder dizer-se que, vinte anos após o 25 de Abril, a democratização ter consistido, no essencial, na chegada ao poder, agora com os nossos votos, daquela fracção tecnocrata-europeizante - hoje engrossada por novas gerações e reforçada por uma ideologia liberal rejuvenescida - que já nos tempos do marcelismo hegemonizava boa parte das decisões económicas, em oposição aos dinossáuricos grupos financeiros que sonhavam (como alguns deles ainda hoje) com a "ordem salazarista" ?

Se a hipótese é aceitável, poderemos consolar-nos tentando vender os nossos votos o mais caro possível, isto é, a quem melhor "nos" faça chegar os fundos comunitários, "nos" faça mais estradas, "nos" dê mais telenovelas, "nos" inunde os hipermercados com mais e mais produtos - sejam eles estrangeiros, que importa ? Mas será isso a democracia ?

NAS SOMBRAS DE ABRIL

JOÃO MARTINS PEREIRA

① relevo dado (até ao momento em que escrevo) a gente de direita e de extrema-direita no leque de entrevistados de Maria João Avilez na Revista de Domingo do "Público" oferece-nos algumas informações de inegável interesse. Não que sejam, na sua maioria, verdadeiras novidades. No entanto, a sua leitura conjunta traz à superfície muito do que, passado nas sombras de 74-75 (e nas suas vizinhanças, antes e depois), é parte integrante da História desse período e convem não ser esquecido ou minimizado.

À primeira vista, esses depoimentos podem sugerir aos incautos que os seus autores foram todos, e apenas, convictos lutadores "pela democracia". Não diz Alpoim Calvão que "um dos objectivos do MDLP era a realização de eleições democráticas"? Não revela José Manuel de Mello as mil e uma conversas que teve com Caetano e Thomaz, em que "lhes disse sempre a minha preocupação de que, a não haver qualquer evolução, um dia as coisas acabariam mal"? Não confessa José Miguel Júdice que, no fim de contas, o que sempre quis foi a "justiça social"?

A verdade é que Júdice foi, até 74, um militante de extrema-direita que se batia para que "a capital do país se transferisse para Angola" (poucos, aliás, iam tão longe!) e não era por certo para lá instalar uma pacífica "democracia", e Alpoim Calvão afirma não ter alinhado no movimento que preparava o 25 de Abril porque Pinheiro de Azevedo, que o terá convidado, não lhe deu suficientes "garantias quanto ao Ultramar", o que chega para saber que o sua preocupação única estava na manutenção do "Império". É curioso, de resto, que, tendo comandado a falhada incursão à Guiné-Conakry, Calvão apenas se lamenta de que a PIDE lhe forneceu informações erradas. Quanto a J.M.Mello, basta lembrar que os democratas de então não tinham acesso tão fácil (nem o pretendiam ter) aos mais altos dirigentes políticos, e estranhar que, tão preocupado com o futuro, continuasse a investir aqui e nas colónias até ao último dia.

Vitor Cunha Rego, esse, sim, opositorista de longa data, não esconde o seu anti-comunismo obsessivo. Homem de bastidores por excelência, viu sempre tudo antes de toda a gente, e está convencido de que se muitos dos seus "conselhos" tivessem sido ouvidos, a História teria sido diferente. Logo no 1º de maio "teve a percepção de que o Partido Comunista faria tudo para tomar conta do poder", mas, claro, ninguém o quis ouvir. A própria composição da Junta de Salvação Nacional (com Spínola, Diogo Neto, Galvão de Melo e Silvério Marques a fazer maioria, recorde-se) "pareceu-lhe ser uma cedência grave dos militares mais moderados"! É óbvio que para ele o anti-comunismo passava adiante da "democracia".

Mas vamos adiante, e vejamos por onde esta gente andou, e com quem andou, depois do 25 de Abril. Calvão, atarrado com a declaração de 27 de Julho de Spínola (admitindo a autodeterminação e a independência das colónias), vai estar na organização da "maioria silenciosa" do 28 de Setembro. Fracassada esta e afastado Spínola, prepara activamente um "golpe palaciano" (palavras suas), em que seriam presos os elementos de esquerda do Conselho dos Vinte (o antecessor do Conselho da Revolução), golpe que, segundo ele, esteve por um triz. Supõe-se que, a ter triunfado, teríamos hoje uma "democracia" bem mais a seu gosto. Mas falha também o projecto, e por fim lá o teremos em Tancos com Spínola no 11 de Março, saindo ambos do país nesse momento. A história de Júdice não é muito diferente: também estará, com o seu "Partido do Progresso" (de

extrema-direita), na preparação do 28 de Setembro, e ser preso depois. Preso de novo após o 11 de Março, sai do país em Agosto, juntando-se em Madrid ao Estado-Maior do MDLP, com Spínola e Calvão.

A partir daí as versões são algo diferentes, em consonância com a "imagem" actual de cada um. Júdice, hoje figura política conhecida na alta-roda democrática (chegou a pertencer ao staff político de Cavaco) e, segundo M.J. Avilez, "um dos melhores observadores e comentadores da cena política", não se quer expor tanto como Calvão, que mantém o perfil de trauliteiro na reserva, sempre pronto para o que der e vier, se o que lhe resta da "Pátria do Minho a Timor" dele precisar. É assim que Júdice não cita nomes, diz que no MDLP se limitou a fazer "estudos teóricos" (seria interessante conhecer o projecto de Constituição que diz ter elaborado ...) e que os incêndios de sedes do PCP "não foram organizados, foi algo que rebentou". Calvão, pelo seu lado, assume estes sem problemas ("Incendiaram-se as sedes, reagiu-se"), inclui Júdice no Gabinete Político do MDLP, cita armas recebidas de Holden Roberto, dinheiro de Queirós Pereira, operações preparadas com a CIA e Jorge Jardim (para Luanda), contactos no interior com membros do Conselho da Revolução (Canto e Castro e Pinho Freire), com o cónego Melo ("pedra-chave em toda a movimentação"), Eanes, Sá Carneiro, etc. etc.

Quanto a Cunha Rego, manteve-se pelos corredores do poder. Chefe de Gabinete de Soares (Ministro dos Estrangeiros) até ao 11 de Março, refere confidências pessoais que lhe terá feito Vernon Walters, o "big boss" da CIA (palavras suas) que por aqui esteve alguns dias antes do 28 de Setembro. É caso para estranhar: o patrão da CIA a perder o seu escasso tempo com um simples chefe de gabinete?! Como se estranha também que o mesmo chefe de gabinete, temendo um 11 de Março de que o PCP pudesse sair reforçado, tenha convidado por sua alta recreação (e com que dinheiro?) Spínola para ir passar uns tempos na Suíça "para que não se mexesse" ... Depois do 11 de Março, tentará aproximar Sá Carneiro e Soares, mas não conseguirá que o primeiro reconheça a primazia de Soares "na luta contra o PCP, inserida no contexto mais vasto da luta Leste - Oeste".

E eis que enfim as coisas ficam claras. Estes senhores estavam muito simplesmente de um dos lados da barricada da Guerra Fria, lado esse que nunca se preocupou particularmente com a natureza dos regimes dos seus aliados (veja-se o caso exemplar da América Latina) - de democracias a ditaduras sanguinárias, tudo servia, desde que estivessem do "lado certo". Portugal foi, nesse período muito em particular, um mero pião na tal "luta Leste-Oeste", em que, diga-se, o PCP desempenhou igualmente o respectivo papel, no lado oposto. Os Estados Unidos ganharam aqui, a União Soviética em Angola. Para uns e outros, o objectivo "democracia" era obviamente secundário.

Por isso mesmo, a intervenção de Melo Antunes a 26 de Novembro foi mal digerida por estes entrevistados, embora, uma vez mais, seja Calvão o único a dizê-lo abertamente. Acrescentando que não lhe foi fácil conter as suas hostes: "Toda aquela gente queria comer os comunistas". Para quê dizer mais?

A luta pela democracia, essa, travaram-na convictamente milhares e milhares de cidadãos, nas empresas, nos campos, nas escolas, nas ruas, com a força da sua razão - e a ingenuidade de quem nada tem a esconder. E pouco a perder.

102

abril

A DIFERENÇA ESTÁ NA UTOPIA

Reunido o colectivo que mensalmente edita este COMBATE, o objectivo era a conversa, o tema o 25 de Abril e o ponto de partida era a leitura das "Recordações da Casa Vermelha" publicadas desde Outubro. Vistas bem as coisas, a vantagem estava na possibilidade do confronto de gerações diferentes numa discussão, para uns exclusivamente histórica, para outros de memórias vividas. O resultado são as páginas seguintes, onde se encontram mais semelhanças do que aquelas que se gostaria de encontrar entre os últimos meses da ditadura e este ano em que se comemoram os 20 anos de seu derrube, onde se cruzam sensações e interpretações, onde se fala do momento presente e de "tudo o que andámos para aqui chegar". A redacção, sem pompa nem circunstância, em discurso directo.

O JMP é o João Martins Pereira, o JC o João Carlos, o JPC o João Paulo Cotrim, o FL o Francisco Louçã, o LB o Luís Branco, o JDC o Jorge Costa e o HS o Heitor Sousa.

JMP: Tentar ligar e sintetizar o conjunto das coisas que me pareceram mais importantes para realizar este trabalho das "Recordações", permitiu-me fazer algumas relações e penso que uma das mais interessantes é a semelhança entre o discurso do poder daquela altura e o de hoje. Nestes pequenos textos, tive o cuidado de representar duas correntes paralelas: aquilo que vinha na imprensa e na altura era publicável e o que se passava na gestação do 25 de Abril. Em particular, a convergência, julgo que em Outubro, da consolidação do movimento dos Capitães ao mesmo tempo que o Kaúlza preparava o seu golpe. O facto do Kaúlza, desprovido de qualquer capacidade operacional e conhecedor da existência do movimento dos Capitães (na realidade não havia ninguém que o desconhecesse a não ser a chamada "sociedade civil"), ver neste movimento a oportunidade de tomar conta da situação. Uma "rapaziada ingénua" que andava a fazer reuniões e que estava chateada, era excelente para este propósito.

O movimento apesar de tudo, estava suficientemente estruturado e foi um oficial spinolista — o Carlos Fabião — que, numa reunião nos Altos Estudos Militares, fez abortar o golpe do Kaúlza ao mesmo tempo que o Spínola entrava em cena.

Procurei dar o tom da época naquilo que me pareceu importante, quer na área política quer noutras áreas. Penso que era interessante

saber qual é o resultado disso para quem não teve acesso a tudo o que eu tive.

JC: Surpreendeu-me, a figura do Spínola como o militar não submisso ao poder, e que, de alguma maneira, o afrontava. Sempre me habituei a ver o homem pelo seu papel posterior ao 25 de Abril, ligado à rede bombista da extrema direita, todo poderoso nas FA's, etc.

JPC: Não guardo essa imagem tão simpática do Spínola. Penso que esse afrontamento a um poder já enfraquecido é feito por ambição. Quando começa a ficar clara a sua estratégia é só depois de ter passado pelo pior teatro de guerra. Na Guiné, Portugal está à beira de perder a capital. Meses antes de 74 tinha andado por lá uma comissão da ONU por todo o "território libertado", a declaração unilateral de independência já depois da morte de Amílcar Cabral. E depois disto é mal sucedido como governador na campanha "Por uma Guiné melhor" — uma estratégia paternalista de resposta ao PAIGC e ao desenvolvimento das zonas libertadas (com escolas, médicos, etc.) — a ideia dos "pretinhos simpáticos, lavadinhos e fardados que enquadrados pela grande civilização estariam muito melhor do que a soldo do imperialismo vermelho". Apesar de tudo, uma figura do regime, cristaliza um descontentamento que é claro. As pessoas começavam a sentir a necessidade de uma solução para o ultramar e começa a haver gente que percebe que ele podia dizer coisas que podiam ser ouvidas. Várias vezes afirmou os seus apoios claros no governo e quando publica o "Portugal e o futuro", o Vasco Lourenço e o Oteló vão-lhe oferecer protecção e ele recusa dizendo-lhes que na hipótese da sua prisão, eles que fizessem uma manifestação que depois o Veiga Simão dentro do governo resolveria o problema. Ou seja, ele arrisca, mas resguardado. Penso que não é uma figura de grande argúcia política e que foi sendo empurrado pela situação e pela sua própria ambição.

JMP: Lembro-me perfeitamente da promoção que o Diário de Lisboa da altura lhe fazia. O Spínola fosse o que fosse que dissesse tinha páginas e páginas.

FL: O que mais me impressionou naquilo que aqui está publicado é a ideia de que há duas lógicas de continuidades entre os figurantes e os discursos. Do ponto de vista dos figurantes o Spínola é uma figura relativamente excepcional neste contexto e 20 anos depois é uma figura

tutelar menor e quase uma presença ausente na vida

abril

política portuguesa. É evidente que só é sustentado por Belém e representa uma ruptura da sua intervenção desde que se esgotou o processo do MDLP e do ELP e voltou a ser reintegrado no prestígio das FA's. Em geral o que é mais espantoso nestes textos é que eles são legíveis 20 anos depois porque as tónicas do discurso são as mesmas - a modernização, a europeização, a ampliação democrática, etc - e os figurantes são rigorosamente os mesmos. Nós vamos encontrar o António Maria Pereira na Assembleia da República em lugar de destaque no PSD, o Judice, enfim todas as personalidades que começavam a aparecer na cena política ou que até já tinham alguma trajectória como figuras dominantes na organização partidária, na estrutura do estado, na comunicação social, na formação de opinião.

A diferença, as zonas de perturbação, de poluição mediática, ocorreram dentro do período dos 20 anos, mas esgotaram-se entretanto. A seguir ao 25 de Abril há, por exemplo, os discursos do Mário Soares contra a adesão à CEE, contra a Europa capitalista, há o CDS a defender a sociedade sem classes, há o PSD a votar o socialismo na Constituição. Todos estes fenómenos correspondem às conjunturas, mas estão dentro deste período dos 20 anos. Agora tudo voltou à limpidez, acabaram todas as poluições, todos os jogos, todos os envolvimentos circunstanciais e isso tem que ver com um processo de renormalização, reorganização, que evidentemente, começou muito cedo, mas que do ponto de vista da cristalização ideológica é apesar de tudo relativamente recente. A oficialização das teses sobre o 25 de Novembro tipo António Reis, "o anarco-populismo e a salvação da democracia" começa a ser arma de guerra durante o Verão quente e é depois a justificação do golpe, mas só aparece bastante tempo depois como verdade não partidária ideologicamente aceite, definitiva e universal.

LB: Para quem olha para isto com a distância de 20 anos são espantosas as semelhanças entre este período do fim do marcelismo e a ascensão e normalização que nos trouxe o cavaquismo em termos de discurso, com pessoas, nem todas associadas ao cavaquismo e algumas que até estão na oposição actual, mas que já nessa altura protagonizavam alguma coisa dentro do poder. Os temas e o discurso não são muito diferentes.

JDC: Também me deixa espantado a tranquilidade, que me parece sincera, do poder da altura quando as manifestações dos militares eram públicas.

JMP: Tranquilidade a todos os níveis. Nos 15 dias antes do 25 de Abril houve grandes projectos industriais que foram aprovados: uma linha de transportes marítimos que o Champalimaud queria instalar para servir exclusivamente Angola e Moçambique, os projectos aprovados para duas fábricas químicas em Sines ou o estaleiro naval na zona da Cova do Vapor do grupo do Miguel Quina, revelam a tranquilidade de quem faz investimentos destes a longo prazo e de quem nem sequer estava inquieto com o problema das colónias. Por outro lado revela a completa insanidade de alguns destes grupos económicos. Hoje devem estar radiantes por estes investimentos não terem ido para a frente. Às vezes penso que todos eles - os Mello, o Champalimaud, etc. - devem ter pesadelos só de pensar que algumas das suas grandes empresas poderiam não ter sido nacionalizadas. De resto numa entrevista recente de António Manuel de Mello, ele vai ao ponto de dizer que depois do 25 de Abril o aparelho produtivo estava

FL: Agora tudo voltou à limpidez, acabaram todas as poluições, todos os jogos, todos os envolvimentos circunstanciais e isso tem que ver com um processo de renormalização, reorganização, que evidentemente, começou muito cedo.

totalmente destruído, o que ele tem obrigação de saber que não é verdade.

Isto era só para dizer que mesmo ao nível dos grandes decisores económicos da altura não havia minimamente a noção, mesmo depois do 16 de Março, de que havia qualquer instabilidade no horizonte. Aparentemente, ninguém se preocupava com a hipótese das coisas não continuarem eternamente como estavam.

A documentação que consultei leva-me a concluir que dentro das FA's o movimento era totalmente conhecido. O próprio Marcelo revela que tem perfeito conhecimento do que se estava a passar e dá-se por derrotado no momento em que lê o livro do Spínola. Talvez esteja aí a justificação para ninguém actuar, claro que a grande interrogação no meio disto tudo é o que andava a PIDE a fazer?

O texto do programa do MFA que foi elaborado na 1ª versão no princípio de Abril é entregue ao Spínola e ao Costa Gomes para proporem alterações. Uma das questões que o Costa Gomes fez finca pé foi salvaguardar o papel da PIDE no ultramar. E assim foi. Isto revela uma ligação entre a PIDE e o sector militar que pode explicar muita coisa.

JPC: Há algumas coisas que poderão explicar isso. Uma delas é o movimento dos Capitães ser uma coisa relativamente aberta o que pode ter baralhado o jogo...

JMP: É certo que a partir do momento em que se definiu que o objectivo era o golpe militar o movimento restringiu-se. Estas 3 semanas que precedem o 25 de Abril são passadas a contar os quartéis, os oficiais, quem está e quem não está. Há muitos contactos com pessoas que não aderem e ficam caladas. Há um conjunto de cumplidades, de silêncios e de passividades.

JPC: Acho que isso pode ter funcionado como contra-informação, o movimento sendo constituído por militares e estando a funcionar tão às claras, não seria para levar muito em conta. Por outro lado a história da "brigada do reumático", da fidelidade das chefias, é ao contrário do que é normal no funcionamento hierárquico militar. Não são as bases que tomam posição e os oficiais-generais aparecem todos junto ao governo numa manifestação de lealdade o que certamente confundiu o poder.

JC: Mas aí não aparecem o Spínola e o Costa Gomes.

JMP: Foram demitidos por não terem estado nessa demonstração.

Pode acontecer que o próprio Marcelo se tenha iludido em relação à capacidade destes generais de terem a hierarquia nas mãos, mas tenho as minhas dúvidas.

FL: O facto é que o regime se tinha constituído sobretudo sobre o aparelho militar.

JMP: Mas um aparelho militar completamente subordinado.

FL: Claro. Mas a partir da altura em que esse aparelho militar entra em contradição creio que o regime não pode conceber a sua própria autofagia e que não está preparado para reprimir a estrutura militar. Há cenas patéticas como a do governador civil de Évora, que sabia da reunião do MFA e vai ao sítio onde eles estavam a reunir, tomar nota das matrículas dos carros. É ridículo do ponto de vista da capacidade de repressão. É a impotência completa e acho que esse é o problema do regime. Há um pequeno detalhe que se torna muito claro: o Marcelo, como todos os governos, tinha um plano perante uma situação de emergência interna que ele accionou no 16 de Março quando foi para Monsanto onde tinha um centro de comunicações instalado. No dia 25 de Abril ele não o utiliza e vai-se meter na armadilha que era o quartel do Carmo.

Creio que o regime se dá conta (e o Marcelo em particular) da desagregação completa do poder e não quer travar a batalha. Ele

desiste e, segundo rezam as crónicas, a sua única preocupação era entregar o poder ao Spínola.

JPC: Há algumas teses de direita que defendem que ele já estava a par e que tenta gavalgar o golpe. Há um Conselho de Estado em que, aparentemente, ele foi demitido e uma reunião com o Spínola em que ele teria combinado com o general apresentar-se meses depois como reserva da nação.

Ele vai para o quartel do Carmo só com os marcelistas mais convictos. O general encarregue de accionar o mecanismo de defesa (Monsanto, depois Açores e a ida para um país amigo ou para uma das colónias para manter o governo em funcionamento) ainda lá vai com um helicóptero, mas o Marcelo recusa-se a embarcar.

A tese que hoje os Pides vendem é que o governo estava completamente informado só que pensavam que o golpe seria à volta de 30 para aproveitar o 1º de Maio.

FL: Essa tese não tem muita sustentação porque não há nada que ele tenha feito de prático que o encaminhe para conduzir um processo de ruptura. Ele fica à espera dos acontecimentos e quando eles se dão a sua capacidade de actuação sobre o terreno passa a ser completamente dominada por factores que lhe são externos. Ele era um pião parado.

JPC: Os pides garantem hoje que o governo estava informado do movimento dos capitães. De resto eles explicam-no através da sua vigilância ao PCP. O trabalho deles não incluía a vigilância aos militares, mas a partir do momento em que sentiram a influência do PC nas FA's, passaram a fazê-lo.

Só se poderá saber isto quando abrirem os arquivos da PIDE e se ainda lá estiverem as coisas.

HS: Se bem me lembro, prespassa por aqui um clima social de agitação e isso desviava-os certamente do outro tipo de acontecimentos. Havia manifestações estudantis permanentes, movimentações sociais em vários sectores e até pela proximidade do 1º de Maio, certamente que a PIDE estava mais atenta a isto que aos militares.

JMP: Aliás nas "Recordações" de Março vem citado um comunicado da PIDE quando prenderam 15 ou 20 pessoas para dismantlar toda a preparação que estava a ser feita do 1º de Maio.

HS: Isto coincide com uma atitude do poder muito mais repressiva. Por exemplo, houve uma manifestação no Porto em 16 de Abril, reprimida selvaticamente, em que foi a primeira vez que apareceram cães polícia...

JMP: Apesar de tudo, todos os meses havia greves e não acabavam sempre com a malta toda presa. A PIDE estava a perder o controlo, não tinha nem meios nem capacidade para dar resposta a todas estas coisas.

FL: O regime estava conformado para poder enfrentar esse tipo de resistências, mas não estava para conceber uma substituição completa dos quadros intermédios das FA's e creio que é essa contradição que permite explicar o que acontece depois do 25 de Abril. As catadupas de factores de crise dentro do aparelho de estado e que se tornam dominantes no incentivo da crise política - mais do que as mobilizações populares, por maiores que elas tenham sido.

Para voltar atrás, quando nós falamos dos elementos de continuidade na figuração do discurso temos que ter a percepção que há uma diferença essencial que é o contexto geral da luta de classes e que não é comparável. Os factores que estavam em jogo numa sociedade em mobilizações de ascenso e uma crise generalizada do aparelho de estado, são mais ou menos os factores contrários aos de hoje, vinte anos depois.

JMP: Numa entrevista recente, Vitor Cunha Rego sublinha precisamente isso quando a certa altura se refere aos tecnocratas e faz um parentese para dizer: "Os mesmos que estão hoje no poder". De

facto, a nível dos decisores económicos, dos quadros superiores e intermédios dos grandes grupos havia uma pressão muito grande no sentido da "modernização". Havia a consciência de que não era possível continuar assim. Para além destes investimentos que dão a impressão de que não previam nada do que se estava a passar, também há indícios que sugerem uma consciência da necessidade de uma mudança. Concretamente, um relacionamento muito maior com o estrangeiro. O que surpreende é a sensação de que eles não previam que se pudesse passar qualquer coisa que alterasse as regras de jogo.

JPC: Neste jogo do "descubra as diferenças" entre o antes e o depois, a sensação que tenho é que se deu uma grande desvalorização do político.

JMP: Isso é normal. Numa ditadura o debate de ideias é particularmente nobre e sobrevalorizado, mas de facto, hoje chegámos ao deserto. Não é concebível que alguém emita uma ideia na televisão durante mais de dois minutos. Qualquer debate é sempre truncado e sobre o acontecimento imediato, ninguém enquadra nada ideologicamente. Só as questões de pormenor se discutem (mesmo quando violentamente), mas a realidade transmite a aceitação geral de um modelo ideológico comum.

JPC: Em Espanha, apesar da ditadura houve a conservação dos tais intelectuais críticos e capazes de lançar desafios a uma sociedade civil bastante mais

abril

JMP: Às vezes penso que todos eles - os Mello, o Champalimaud, etc. - devem ter pesadelos só de pensar que algumas das suas grandes empresas poderiam não ter sido nacionalizadas.

liberta do estado do que cá. Hoje não há um movimento histórico com as suas raízes críticas naquela altura.

JMP: Não foram só os 48 anos. Isso tem muito que ver com a lógica dos subsídios. Esta é uma sociedade subsidiada onde nada se faz a nível de desenvolvimento de iniciativas sem a perspectiva do subsídio que se poderá pedir. Acho que não estou a exagerar se disser que a sociedade portuguesa está toda como se estivesse na partida para uma corrida de 100 metros, à espera que comecem a vir uns dinheiros da CEE. Já está tudo a estudar os modelos, os formulários, etc.

JPC: A grande actividade económica é o estudo desses modelos e garantir a cunha no lugar certo.

JMP: Se viram a lista das entidades que receberam fundos para formação profissional (só do Fundo Social Europeu) é significativo que vá desde paróquias a associações locais. Toda a gente, de uma maneira ou de outra, levou o seu tostão. Isto representa um poder de conformização formidável e faz as pessoas estarem em permanente contacto com a administração, com o estado. Também não podemos ignorar o papel dos acontecimentos do leste, a falta de modelos, etc. Não interessa se na altura eram mais delirantes ou menos delirantes, mais sérios ou menos sérios, podia-se imaginar uma sociedade diferente. Havia um confronto ideológico entre concepções diferentes da sociedade e hoje, não havendo razão para que não existe esse debate, ele não se manifesta. Também não sei, na situação actual até que ponto é que se podia manifestar...

Eu diria que Portugal vive sem utopia e isso é extremamente redutor. Mesmo alguns pensadores relativamente reaccionários dizem que não há sociedade que viva sem utopias, sem a capacidade de imaginar uma outra coisa diferente.

103

SAINT-

A "INDÚSTRIA" ENQUANTO UTOPIA

João Martins Pereira

de família aristocrata semi-arruinada, Claude-Henri Saint-Simon parte aos 19 anos para a América, como outros franceses ilustres, que vêm na independência das colónias inglesas de além-Atlântico o sinal de que uma época histórica está a chegar ao fim. Por lá combateu, regressando alguns anos depois.

Nos primeiros tempos da Revolução Francesa, vemos-lo presidente eleito de uma assembleia de camponeses, a quem declara renunciar ao título de conde, "que olho como muito inferior ao de cidadão", e ser baptizado revolucionariamente como Claude Bonhomme. Nem por isso deixa de aproveitar, para fazer bom dinheiro, a venda dos bens do clero expropriados.

Atravessa, ainda assim, sem excessivos precalços a dezena de anos que conduzem Napoleão ao poder. E é já entrado nos quarenta, nos primeiros anos do século XIX, que irá iniciar a sua obra de "pensador social", que se desenrola por várias fases até à sua morte, em 1825.

Ao seu projecto chamariam hoje alguns, do alto do seu credo liberal, de "engenharia social e política". Nada menos do que reorganizar toda a sociedade (quando não mesmo "a humanidade") sobre novas bases: a ciência e a indústria. Dito deste modo sumário, poderá parecer, nos nossos dias, uma banalidade. Mas não é tão simples como isso.

Na realidade, a França de então era um país essencialmente agrícola (mesmo em Inglaterra, a Revolução Industrial dava apenas os primeiros passos) e, até 1815, em permanente estado de guerra. Depois disso veio uma "Restauração" monárquica, em que boa parte da aristocracia julgou retomar o antigo poder, ao módico preço de concessões de fachada ao "parlamentarismo".

Mas Saint-Simon não se ilude. Estudioso aplicado de física, matemática, filosofia e história, dirá um dia que "só a observação filosófica do passado pode permitir um conhecimento exacto dos verdadeiros elementos do presente". Daí lhe terá vindo a percepção clara de que a Revolução Francesa foi o resultado de uma "luta de classes entre a nobreza, a burguesia e os não-possidentes". Daí também a sua avaliação da situação europeia como um desses "períodos de crise" em que, segundo ele, germinam as ideias que virão a "amadurecer" e frutificar nos "períodos orgânicos", de estabilidade e progresso, que sempre acabam por lhes suceder, ao longo da História.

Produzir as novas ideias, num tempo em que elas próprias estão em crise, é esse justamente o seu designio. Ora, até então "o método das ciências da observação [exactas] ainda não foi introduzido nas questões políticas" e "chegou o momento de cessar esta infância da ciência", questão que, aliás, ainda confunde muitas cabeças neste fim do século XX. Saint-Simon propõe-se, num primeiro tempo, a ambição de aplicar às questões socio-políticas a lei da gravitação

universal. E apela aos cientistas: "Meus Senhores, só tenho uma paixão, a de pacificar a Europa; e só uma ideia, a da reorganização da sociedade europeia". E como "o poder deve ser repartido na proporção das Luzes", os físicos são chamados a presidir à "instituição política que visar a organização geral da humanidade". Será o "Conselho de Newton".

Os cientistas ignorá-lo-ão, e ele acusá-los-á em 1813, de, enquanto a Europa se auto-destroi, "serem eles quem aperfeiçoam os meios de destruição, quem está à cabeça dos artilheiros a dirigir os ataques". Diga-se desde já que o nosso século foi bem mais longe neste ponto, sem que a comunidade científica tenha saído particularmente beliscada (os gases de 14-18, os de Auschwitz, a bomba atómica, as sofisticadas tecnologias da Guerra do Golfo, ...).

Em fins de 1814, quando tais heresias seriam fatalmente impopulares, dá a um opúsculo sobre a "Reorganização da sociedade europeia" o sub-título "Da necessidade e dos meios de reunir os povos da Europa num único corpo político, conservando cada um a sua independência nacional" - quando, afinal, eram então bem poucos os povos/nações europeus independentes. Concebe mesmo uma união entre a França e a Inglaterra, com parlamento único, moeda comum, banco comum, comércio concertado, etc. etc., a que mais tarde esperava que aderissem a Alemanha e os outros países, desembocando numa "Europa desarmada". Talvez seja este último pormenor que levou os "federalistas" dos nossos dias a nunca invocarem Saint-Simon entre os pais-fundadores da "ideia europeia"...

E é então que, já descrente da sua capacidade para mobilizar os cientistas, decididamente aposta na "indústria", conceito muito amplo englobando tudo o que considerava "trabalho produtivo": todos os que tinham uma actividade útil à sociedade, por oposição aos "ociosos". Ficou célebre, e valeu-lhe um processo, a sua "parábola" em que se interroga sobre o que seria da França se morressem de uma assentada os homens mais destacados "que possui nas ciências, nas Belas-Artes e nos ofícios produtivos" (que enumera exaustivamente, profissão a profissão, desde os engenheiros e chefes de indústria aos pedreiros e carpinteiros): "seria necessária pelo menos uma geração inteira para reparar esta catástrofe". Para depois lhe opor a suposta morte de toda a aristocracia, ministros, funcionários, marechais, cardeais, juízes, proprietários nobres, etc., o que por certo "affligiria os franceses, porque são homens bons", mas "não lhes causaria mais do que um dano sentimental, pois não resultaria daí qualquer mal político para o Estado".

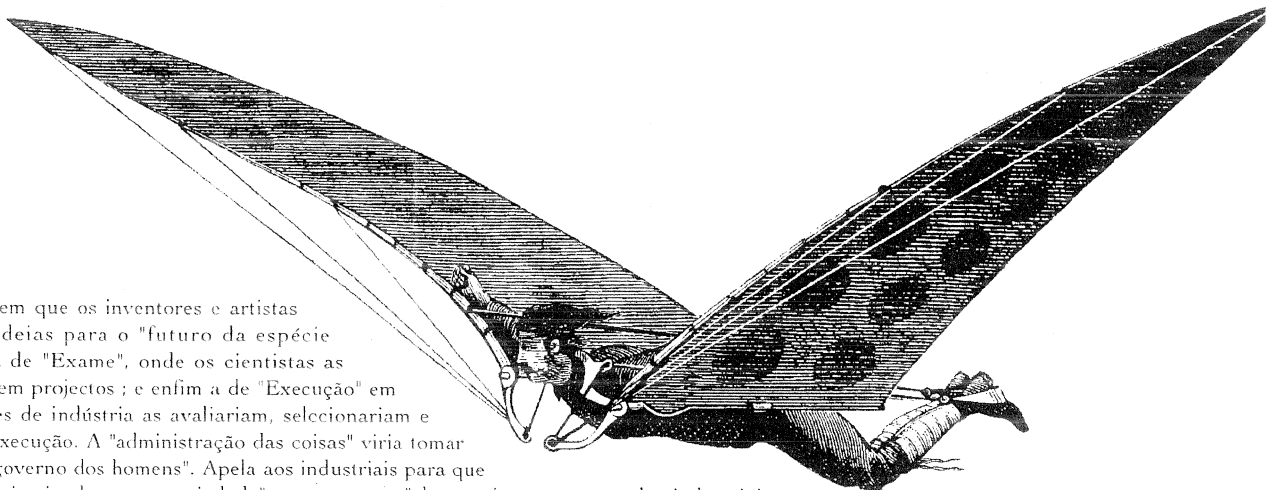
No "Catecismo dos Industriais" e em vários jornais efémeros vai-se, pois, dedicar a desenvolver a ideia do "regime (ou sistema) industrial", chegando a imaginar a existência de três Câmaras: a de

SIMON

"Invenção", em que os inventores e artistas lançariam ideias para o "futuro da espécie humana"; a de "Exame", onde os cientistas as traduziriam em projectos; e enfim a de "Execução" em que os chefes de indústria as avaliariam, seleccionariam e poriam em execução. A "administração das coisas" viria tomar o lugar do "governo dos homens". Apela aos industriais para que "ocupem o primeiro lugar na sociedade", por serem a "clase mais importante de todas e a única auto-suficiente", pois da sua iniciativa e da sua fortuna dependem todas as outras. Mas, paladino da "harmonia universal", apela-lhes também a partilhar a riqueza com os seus operários, que carecem de trabalho e de pão, em nome do "sentimento de união" que naturalmente deve nascer entre todos os produtores.

Nos últimos anos, desiludido também com a "timidez" dos industriais, redescobre a mensagem evangélica, e escreve o "Novo cristianismo", por esse lado se aproximando cada vez mais dos "menos desfavorecidos". Quando morre, quase desconhecido, os seus discípulos mais chegados lançam-se na aventura do "saint-simonismo", que desembocar anos mais tarde numa estranha mistura de "seita" caricata com engenheiros e banqueiros "de sucesso", como diríamos hoje.

Nesta outra época "de transição" que atravessamos, que dizer deste pensamento, misto de lucidez premonitória e de delírio? Nada se passou como Saint-Simon previa, ou propunha. Os grandes industriais, que na verdade só chegariam muito mais tarde (em França, só na 2ª metade do século), nunca, até hoje, quiseram assumir directamente o poder, e muito menos, é claro, os cientistas. Sempre deixaram ao "governo dos homens" as tarefas da ordem, das leis favoráveis aos negócios, da protecção militar aos seus empreendimentos coloniais. Entre o capital e o trabalho, o conflito permaneceu insanável - e quantos milhões, neste momento (numa Europa com aspectos tão afins ao que Saint-Simon imaginou) não continuam a clamar por trabalho, e mesmo por pão em tantos casos. A sociedade nunca foi "cientificamente organizada", mas foi-o o trabalho nas fábricas e nas empresas. Os cientistas, pagos em boa



parte pelos industriais (como já então sublinhava Saint-Simon), deram-lhes em troca os meios para aumentar a produtividade, lançar novos produtos (negócios) e reduzir os custos do trabalho - para além de continuarem a alimentar os governos com meios de destruição que há dois séculos não seria possível imaginar.

Não será exagero, no entanto, salientar que, de algum modo, a ciência e a indústria "comandam" hoje a humanidade - muito mais do que os governos, em todo o caso. Neste ponto, a "utopia" saint-simoniana, por caminhos ínvios, não está tão longe assim da realidade da "nova ordem mundial". Mas já a eliminação dos gastos com os exércitos (em que Saint-Simon via a fonte indispensável dos fundos necessários para "assegurar trabalho a todos"), está tão distante como no seu tempo.

Enfim subsiste a questão do "poder espiritual" que Saint-Simon atribuía aos artistas, escritores e criadores, numa intuição notável do papel vital do conhecimento não-científico no desenvolvimento das sociedades (ele, que, como se viu, começou por um "cientismo" sem limites). Também aí a utopia não avançou um passo. Pelo contrário. O "poder espiritual" está cada vez mais nas mãos dos ideólogos do mercado, dos media, das mensagens publicitárias, e de tudo o que a veia pós-modernista fez entrar no domínio da "cultura".

Entre o sonho saint-simoniano da "harmonia universal" e a "cultura" da competição e da exclusão, ou os negócios do embrutecimento e do genocídio - o espaço é vasto para um pensamento a que muitos continuarão a chamar "utópico". O que será reconfortante.

Produzir as novas ideias, num tempo em que elas próprias estão em crise, é esse justamente o seu desígnio. Ora, até então "o método das ciências da observação [exactas] ainda não foi introduzido nas questões políticas" e "chegou o momento de cessar esta infância da ciência", questão que, aliás, ainda confunde muitas cabeças neste fim do século XX.

DUÍDAS

QUESTÕES

SOBRE O DESEMPREGO

João Martins Pereira

A

s dezenas de milhões de desempregados só na Europa e nos Estados Unidos já não andam longe dos 40 milhões que, por volta de 1932-33, marcaram o cume da "Grande Depressão". Chega para pensar que a situação de hoje tem afinidades com a que, em definitivo, foi o ponto de partida para a 2ª Guerra Mundial?

A afinidade resume-se quase apenas à situação dos trabalhadores, vítimas, em ambos os casos, dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista, e das "crises" que ciclicamente marcam a sua evolução. Mas a natureza dessas "crises" é distinta e, em certos aspectos, oposta. A dos anos 30 já se desenhava na sobreprodução que acompanhou o "boom" económico americano da década

de 20. A euforia consumista nos E. Unidos estimulou o investimento e os aumentos de capacidade muito para além do que o mercado podia absorver (no país, e naqueles que lhe forneciam matérias-primas). A queda dos preços agrícolas e dos das matérias-primas já se verificava antes do "crash" de 1929. A desenfreada especulação financeira e a fragilidade dos "arranjos financeiros" internacionais (os E.Unidos emprestavam à Alemanha para esta pagar as "reparações de guerra" à França e à Inglaterra, que, por sua vez, pagavam com o mesmo dinheiro as dívidas de guerra aos E.Unidos) fizeram o resto. Os 40 milhões de desempregados surgiram num espaço de 2 - 3 anos.

A "crise" de hoje vem bem mais de trás do que se pensa. As taxas de lucro vinham a baixar desde antes de 1973, as tensões sociais a aumentar, o desemprego a crescer, lentamente, desde os anos 60 - nos países-sede do capitalismo mundial. O "choque petrolífero" naquele ano (e o segundo, em 1979) vieram pôr em evidência a crise latente. Em 1975 o desemprego dispara em todos aqueles países, até hoje, com pequenos altos e baixos. Levou muito mais tempo a atingir as dezenas de milhões de hoje, e os efeitos foram amortecidos pelos dispositivos do chamado "Estado-Providência" criados a partir de 1945. Mas é mais duradouro porque a natureza da crise é hoje, se assim se pode dizer, muito mais "estrutural".

Trata-se de uma crise do próprio modelo de acumulação e regulação, em simultâneo com a emergência de um novo e poderoso polo de expansão no Extremo-Oriente, e potenciada por uma mutação tecnológica a um ritmo sem precedentes.

A "resposta" à crise dos anos 30 foi, diríamos hoje, "keynesiana", com o Estado a dinamizar a procura pelos grandes projectos e/ou pela corrida aos armamentos. A "solução final" foi, como se sabe, a 2ª Guerra. A resposta pós-73 foi sobretudo tecnológica e organizacional. O ultra-liberalismo dos anos 80 veio repor as taxas de lucro, mas à custa de cada vez mais desemprego. Sectores inteiros que foram pilares da 2ª Revolução industrial (siderurgia, automóvel, químicas de base, etc.) foram, na Europa e nos E.Unidos, submetidos a drásticas "reestruturações", com despedimentos em massa, outros, como a construção naval, quase deapareceram. A indústria, que era o grande "empregador" da economia, perdeu peso em todos esses países, em benefício dos "serviços". Produz-se cada vez mais (bens e serviços) com cada vez menos trabalhadores. Para isso são precisos cada vez mais consumidores, o que parece ser contraditório — mas não é tanto, pois entretanto o capitalismo "mundializou-se" e o seu mercado é o planeta inteiro (tirando a eterna África, onde o problema é ainda o de sobreviver).

Portugal sentiu menos, e mais tarde, tudo isso, porque os sectores em que era (e ainda é, mas não vai durar eternamente) mais "competitivo" são justamente indústrias "intensivas em mão-de-obra" barata, e é esse mesmo factor, junto com generosos subsídios, que continua a atrair - até ver - os investimentos estrangeiros (a Renault já se quer ir embora : a produtividade na Eslovénia é maior). Mas uma coisa é certa, e fundamental : ninguém hoje acredita que, em qualquer país, Portugal incluído, mesmo taxas elevadas, e improváveis, de investimento e de "crescimento económico" (isto é, do Produto Interno) cheguem para mais do que manter os actuais níveis de desemprego. Em Portugal, nem para isso chegarão. O desemprego deixou de ser (se é que alguma vez foi) um "problema económico", isto é, resolúvel por meios económicos, para ser, com toda a evidência, uma questão de "sociedade", de novas formas, a inventar, de organização social. E política, obviamente.

FUGA PARA O ORIENTE. Está a "fuga de empregos" para o Extremo-Oriente (e também para os Países de Leste) a ser determinante nos níveis de desemprego do antigo "Centro" do



sistema capitalista (nos E. Unidos e, em particular, na Europa, onde as taxas de desemprego são sensivelmente mais altas)? Que tipo de questões esse processo coloca à Esquerda?

Cito brevemente algumas passagens de artigos recentes de revistas americanas e francesas: "A ABB (grupo metalomecânico sueco-suíço, aliás com várias empresas em Portugal) já tem 25 mil empregados no Leste, que fazem o que antes se fazia na Europa Ocidental. E mais empregos serão criados na Ásia. Só na Tailândia, a ABB tinha 100 empregados em 1980, conta ter 7 mil no ano 2 000. O emprego europeu e americano vai simplesmente 'encolher', encolher cada vez mais, como sucedeu com a agricultura no princípio do século"; "Face a esta mudança [a 'revolução' nos métodos de gestão e na tecnologia, a emergência de 'classes médias' relativamente afluentes, sobretudo no Extremo-Oriente, etc.], e tome a forma que tomar, o emprego cada vez mais fluirá para os locais onde seja mais económico e eficiente"; "Somos hoje capazes de incorporar tanto 'conhecimento' nas máquinas, que com uma força de trabalho faminta, mas bem organizada e gerida, e razoavelmente educada, podem obter-se tremendos aumentos de produtividade"; "As empresas americanas, europeias e japonesas vão hoje instalar-se na Índia ou no México para produzir produtos químicos ou material eléctrico, montar computadores, ou desenhar memórias de computador, já não tanto pela procura de mão-de-obra barata. Elas querem estabelecer bases industriais sofisticadas e de serviços em mercados de grande crescimento futuro".

Retomando a pergunta: a dita "fuga de empregos" é obviamente um facto indesmentível, e irreversível, mas está longe de ser a causa determinante do desemprego. Poderia mesmo dizer-se que, pelo contrário, ela é uma das consequências inevitáveis da "reestruturação" e da expansão mundial do capitalismo. Mas ir-se-á acelerando. O próprio Ministro da Indústria português, em manifesto excessivo de zelo, ainda há pouco incitava os empresários industriais a "deslocalizarem" (é assim que hoje se diz) as suas unidades produtivas para outros países, para se manterem competitivos. O que alguns deles farão, à procura de mão-de-obra (ainda mais) barata, e muitos farão com certeza quando em Angola e Moçambique as condições forem propícias.

A "mundialização" à portuguesa ..

Esta questão coloca à Esquerda, não só em

Portugal, um desafio ideológico e de imaginação sem precedentes. A criação de milhares (milhões) de postos de trabalho em países asiáticos, ou latino-americanos, ainda que à custa da exploração capitalista e quase sem benefícios sociais, será, de algum modo, factor de aumento de rendimentos, de dinamização das sociedades, de "desenvolvimento", ainda que desigual, de muitos países do chamado 3º Mundo. Se é essa uma das causas por que a Esquerda tanto se tem batido, terá ela o direito de se revoltar contra esse processo, em nome da sua luta contra o desemprego no seu próprio país? É-lhe legítimo invocar coisas como o "dumping social" que esses países farão, por terem as empresas "custos sociais" quase nulos, face aos que suportam as empresas europeias? Mas os emigrantes portugueses não terão contribuído, com os seus baixos salários e a forçada aceitação de condições de trabalho ilegais, para que as empresas que os empregavam fizessem "dumping social" nos seus próprios países? E a "competitividade" portuguesa assente em mão-de-obra com salários e condições sociais muito inferiores aos europeus, não será também uma forma de "dumping social" nesses mercados? Não. A Esquerda não pode ir por esse caminho. Seria, aliás, como meter a cabeça na areia, fazendo por ignorar "o que se está a passar" à sua volta. Da Esquerda espera-se, isso sim, que não espere que venham do Estado as soluções, e que seja capaz de mobilizar as "forças de transformação" existentes na sociedade (sejam sindicatos, movimentos sociais, colectivos regionais e locais, etc.) no sentido de pôr em questão um modelo de sociedade que cada vez mais criará "excluídos", de se bater por novas formas de organização social que integrem todos os cidadãos, e que a todos permitam exercer actividades socialmente úteis e individualmente motivadoras. A unificação e consolidação dessa dinâmica em torno de soluções radicais, nos planos nacional e internacional, será uma imensa tarefa. Mas a única digna daquilo que sempre foi a sua função e sua responsabilidade — a de contribuir para um futuro diferente, em que cada homem, e cada sociedade, sejam os sujeitos do seu próprio destino.

“ — Mas sabes melhor do que eu que não existem mercados confinados a um só país. São mesmo vocês os economistas, quem hoje mais fala da «mundialização» dos mercados - fenómeno esse que talvez não seja alheio, digo eu, ao extremar das desigualdades entre os países ricos e os países da miséria e da fome. Ora se o sistema cada vez mais se mundializa, como podes dizer que só te interessa o que se passa em Portugal?”; **Pereira, João Martins (1989), O Dito e o Feito, Edições Salamandra**

1. O sim tem que ter sempre a acompanhar as explicações de que um não fala por si. É muito mais difícil engolir um porque sim do que justificar um não. A discordância de um não tem uma imensidão de campo, um sim tem um caminho traçado. Talvez por isso, o custo de um não seja da grandeza do proveito de um sim. Mas pior ainda é tentar estar à margem dos dois extremos, na temperança de um talvez. De agrado a uns e outros. No fundo é o que fazem os partidos políticos com aspirações de poder, em governo ou deputados, e na escala “dos partidos serem as pessoas”, essas mesmas pessoas.

Quando os trabalhadores reivindicam fazendo greve, a força da reivindicação está no poder que se exerce pelo que não se faz. A greve é mostrar a utilidade de um trabalho na expectativa da sua valorização. Claro está, que, um serviço não realizado tem influência directa sobre quem dele usufrui. E não falo daqueles que vivem da exploração do que outros produzem. É dos que não têm carvão para atear churrascos quando as minas de carvão param, dos que não têm forma de se transportar quando não há transportes públicos, dos que não fazem exames quando não há professores. Com a cultura traçada no sim domina o que se lixe fora de portas. Que se lixe o carvão que não tenho lareira, que se lixe os autocarros que eu tenho carro. E assim os apelos são feitos á razão dos pouco sentidos. A ministra da educação fala ao país da injustiça para com todos, dos aumentos pedidos pelos professores e termina com as felicidades para os alunos que fazem provas. Os trabalhadores de outras funções sentem discriminação pela sua má situação, e os estudantes revoltam-se pelos exames que não fazem. E vale qualquer descrédito e pressão. O das provas serem falseadas nos resultados pelo copianço, ou os resultados esperados pelas provas serem falseados com a realização de provas diferentes, de dificuldade diferente, numa de “vêm, se tivessem tido possibilidade de fazer a outra”. Quanto mais desligados estiverem os movimentos sociais e, quanto mais convencidos se deixarem de que o problema das redes de pesca é só dos pescadores, maior será a derrota. É verdade Tó, isto aqui já não dá, mas o que é preciso é o aliene divino os levar a eles para lá.

2. Não é pela idade que o Freitas do Amaral quer estar de bem com toda a gente, são os tempos. Os tempos é que são de se estar bem com toda a gente. É como beber o café num lado, ir comer o bolo a outro e limpar a boca noutro. Assim se algum fechar, podemos justificar outras rotinas e outras voltas. Não é de espantar que as ideias tombem qual novo dentífrico com o mesmo sabor mas, ás riscas. Qual é o espanto de gente do CDS, com alguns que a

minha memória familiar só conhece pelo “reaccionário”, estar de braços com antigos PCP com anos de curriculum de comité central. Nenhum, porque o que os junta, é a esquerda e o centro, o cristianismo e Marx. Para Freitas do Amaral é tão bom o Nogueira como o Guterres. E eu, fico aqui a pensar, que talvez por estas os mais novos trabalhadores sejam aqueles que menos aderem às greves. São muitos anos martelados a sins e, talvez por isso, a extrema direita vá ganhando peso pela pouca luta de não.

3. As palavras não definem correntes partidárias. Pode ajudar, mas só. Poucos não se dizem fraternos ou não tecem considerandos positivos pela liberdade. Os valores humanitários que vivem na boca das pessoas têm que ser respondidos em termos políticos pelas vivências que se proporcionam. Uma das perspectivas que tem que ser resgatada é a do internacionalismo. E isso passa certamente pela atitude construída em torno da sociedade do ter, a qualquer preço. A perspectiva internacionalista tem que ser resgatada na forma do “pode alguém ser livre se outro alguém não é”.

Com a privatização da Rodoviária Nacional, a RN ao sul do Tejo ficou na posse dos Bellos. Os Bellos não têm que olhar pelo bem estar se este não trouxer lucro. Se os Bellos compraram a RN ao sul do Tejo foi porque pelas suas contas poderiam fazer dinheiro. Custa a pensar que a ideia fosse o desenvolvimento do país. Só pela lógica da eficiência é que os grandes capitalistas gostam muito de estocar como contributo para o social, “o nosso crescimento é o crescimento do país”. O Alentejo para além dos montes que libertam o stress daqueles que vêm das cidades, tem as pequenas aldeias e vilas onde vivem aqueles que arranjam os montes dos outros. São lugares onde a idade das gentes pesa de muitas histórias. A maior parte deles vive de reformas de cerca de 25 mil escudos. E os achaques que a idade não perdoa, têm a cura consignada, num raio de 60 Km ao Hospital distrital. Escusado será dizer que muitos têm motorizada e carros circulam poucos. Mas a RN tinha a ligação aos lugares em carreiras de pequenos percursos, suponho que pensando na mobilidade das gentes e não tanto na rentabilidade. Com a entrada dos Belos foram questionados os pequenos percursos e a solução para a sua continuidade foi reformular os preços e o acesso aos preços. Com os Belos os descontos de 50% para os reformados “não depende deles”. Um percurso de cerca de 17 Km será cobrado ao preço aproximado de 400\$00. Para quem ganha 100 contos corresponderá a um bilhete de 1600\$00, para quem ganha 150 contos, 2400\$00. Tudo pelo desenvolvimento.



COMO RECONHECER O FUTEBOLISTA-TIPO

JOÃO MARTINS PEREIRA

Entre outros malefícios, a televisão afastou-me há muito das bancadas do futebol. Ora, tal como sucede com o cinema — a um filme na TV falta a dimensão do écran, mas também a escuridão povoada da plateia —, o futebol não é o mesmo visto de um sofá, encurralado naquele caixote, "decidido" pelo realizador (que imagens, que ângulos, que planos) e sem muita gente à volta. Pode dizer-se que quem nunca pôs os pés em salas de cinema, hoje de resto muito menos participativas do que nos tempos do "Cinema Paraíso", nunca viu cinema. E, do mesmo modo, que nunca viu futebol quem não andou alguma vez pelos peões e pelas bancadas dos estádios (estas bem menos violentas então, mas talvez mais "vivas").

Em definitivo, acabei por não perder tudo, pois alguma da aprendizagem do mundo que nessas bancadas fiz já nada a pôde apagar, e ainda me vai servindo. Refiro-me à colorida tipificação dos actores desportivos, em particular dos jogadores, que constituía, para quem estivesse atento, uma lição de psicologia, certamente primária, mas em todo o caso a primeira, quando se começou a frequentar campos de futebol tão cedo como eu. Passo a ilustrar com alguns exemplos.

Um dos tipos de jogador mais facilmente identificáveis era o "sarrafeiro", o homem da rasteira, da canelada, do pé em riste, do joelho na coxa do adversário. Sem cerimónias nem boas-maneiras, ele estava ali para "ceifar" (expressão muito usada), para aplicar cegamente a receita "passa a bola, mas não passa o homem". Aprendi rapidamente que esta figura truculenta merecia desvairados apupos quando jogava pelo adversário, mas algum aplauso, meio envergonhado, quando pertencia à "nossa equipa". Fui encontrá-lo fora do futebol, quantas vezes de aparência pacífica e de gravatinha, mas sempre implacável quando alguém se lhe opunha. As rasteiras e as joelhadas eram agora apenas metafóricas, mas faziam talvez mais massa. Mas a mesma sem-cerimónia e falta de "delicadeza". E de novo alguma simpatia circundante: dali, ao menos "sabe-se sempre o que vem", o tipo "dá a cara". Alguns deles subiram na vida, quase à cacetada, mas em muitos casos a rudeza nos modos e a falta de "papas na língua" criou-lhes inimizades onde não conviria tê-las, e ficaram a marcar passo.

Oposto a este era o "fintas", o homem dos "rodriguinhos", o que "olha para um lado e vai com a bola pelo outro". Tipo reconhecível, também esse, no mundo não-futebolístico. Ele é todo finesse, habilidade, "domínio de bola" (não encontro expressão equivalente), esperteza (inteligência, muitas vezes); ele nem sempre diz o que pensa ou pensa o que diz, furta-se ao "contacto" (à comunicação).

Com uns "pés magníficos", é frequente vê-lo trepar no emprego à custa de preciosas "fintas", que deixam qualquer competidor "colado ao terreno". Quando damos por ele, é nosso chefe, ou chefe do nosso chefe. Sem ninguém perceber bem como foi.

Depois havia o "mouro de trabalho", o "lutador", que saía sempre do campo com a "camisola suada". Sem excessivo talento, conseguia que os jornalistas desportivos dissessem no dia seguinte que "esteve em toda a parte" e que o "seu incansável labor foi de grande utilidade para a equipa". Homens de esforço e "lealdade" (contrariamente aos "sarrafeiros"), muitos dos que encaixam neste tipo são tão imprescindíveis nos lugares que ocupam, numa empresa, numa repartição, num partido ou noutra qualquer "organização", que nem sempre lhes é fácil a promoção: porque fazem falta ali, mais por isso do que pela falta de talento ou de imaginação, coisas que de resto raramente abundam nos chamados "níveis superiores". A sua vocação é a de serem sempre o "braço direito" de alguém que não está para se esforçar tanto.

E agora, por falar em pouco esforço, chegamos ao tipo do jogador sempre "à mama". Naqueles tempos, era quase sempre um avançado-centro, coisa que já não existe mas se parecia com aquilo a que hoje se chama um ponta-de-lança. Esse passava o tempo todo sem sair da grande-área, à espera que lhe passassem a bola. Não ficava, é óbvio, com a "camisola suada", mas acontecia-lhe sair "em ombros": alguém lhe fez um passe mortal no último minuto, e acabou por ser ele a decidir o jogo. É deste que os jornais dirão depois, elogiosamente, que "tocou duas vezes na bola e fez dois golos". Isto é, traduzido para outros ambientes, trata-se do homem que está sempre "no sítio certo", atento a que chegue o momento certo. Dá-se pouco por ele (na realidade, pouco faz), mas se há um problema sério e temos de ir falar com o chefe, ele vem a sair de lá quando nós chegamos. Escusado dizer que quem "está à mama" tem geralmente promoções fáceis, carreiras fulgurantes. É quem marca "os golos"...

Poderia falar ainda da "locomotiva" (a variante mais esclarecida do "mouro de trabalho"), do tipo que "tem a mania de querer entrar com a bola pela baliza dentro", do "homem que resolve um desafio" (sem "estar à mama"), do que "caiu nas graças do treinador" (vá lá saber porquê), e de muitos outros.

Mas acho que chega para entender que o futebol (não o da TV), como quase tudo, se quisermos, pode trazer inesperados ensinamentos, e também que as multidões que o rodeiam, se ouvidas in loco, são capazes de transmitir de forma muito expressiva algo a que, à falta de melhor, poderemos chamar de "sabedoria popular" Ou sabedoria, simplesmente.

Fronteiras, povos aprendizes de feiticeiro

JOÃO MARTINS PEREIRA

D I Á L O G O C O M D O S A M I G O S A R Q U I T E C T O S

Alexandre Alves Costa e Nuno Teotónio Pereira, amigos dos que se vêem pouco mas conforta saber que existem e continuam vivos (logo, intervenientes), escreveram recentemente dois artigos que, à primeira vista, pouco parecem ter que ver um com o outro. Só talvez a minha mania de “juntar as coisas” me leve a pensar que, no fim de contas, andam à volta do mesmo.

O Alexandre escreve (no boletim da A.P. de Designers) um texto cujo título, vindo de quem vem, é quase um programa: “O Porto não é uma cidade branca”. É impossível não ver aqui uma alusão à “cidade branca” de Tanner, ou seja, a Lisboa. O Nuno aborda, no “Público”, o problema das “limpezas étnicas”, com relevo naturalmente para o drama jugoslavo, que procura situar como excepção no que designa como “tradição europeia” de pacífico convívio inter-étnico.

Julgo útil, antes de passar à discussão, reflectir um pouco sobre algumas expressões que, explicitamente ou por omissão, estão presentes em ambos os artigos, nomeadamente fronteiras e povos/etnias, bem como sobre a relação entre elas.

Uma fronteira, que desde logo sugere a ideia de separação, é algo que, na verdade, só conhecemos dos mapas. No terreno, nunca ninguém viu uma fronteira. De facto, trata-se de um traçado artificial, quase sempre resultante de guerras e partilhas entre Estados, de cuja imensa fluidez e instabilidade só nos apercebemos justamente quando nos é dado comparar mapas publicados em datas afastadas. E em cartas antigas, ou nem aparecem, ou estão apenas timidamente desenhadas como óbvias aproximações. A sua crescente precisão está associada à ideia, historicamente recente, de Estado-Nação (e, em África, como o Nuno assinala, à partilha colonial do século passado, que levou a abstracção ao limite de fazer de muitas delas linhas rectas, coisa que desde as primeiras luzes de geometria sabemos existir apenas no mundo dos conceitos matemáticos).

Entretanto, ao longo dos séculos, foram-se constituindo comunidades relativamente estáveis, com língua própria, religião dominante, costumes e tradições culturais longamente sedimentados, muitas delas, aliás, com longínquas raízes comuns em comunidades que desapareceram enquanto tais, por miscigenação diferenciada consoante as áreas de fixação e os eventos históricos. A essas comunidades de hoje chamamos, à falta de melhor, povos, ou etnias. Num mundo “ideal” e pacífico, uma fronteira não seria mais do que uma “zona de transição” entre duas comunidades, onde o convívio e a “mistura” tornaria difícil identificar cada um como pertencendo a uma ou a outra. Uma espécie de Alsácias “naturais”, onde não faria muito sentido, nem ninguém se preocuparia muito com isso, saber se, em rigor, este é francês ou aquele alemão. Isto para sublinhar que, na realidade, há fronteiras porque há Estados, e isso coloca desde logo questões de jurisdição (leis, administração, etc.) e de soberania, que as tornaram politicamente necessárias - quer isto dizer, não por natural exigência da vida em comunidade. É claro que os dirigentes políticos se empenham em inculcar nos seus povos a ideia de que as fronteiras do país são sagradas, invioláveis, eternas (contra toda a evidência histórica) e de que quem está “do lado de lá” são potenciais inimigos, sempre à espreita para o ataque traiçoeiro.

Diga-se, aliás, que as “instâncias internacionais” (leia-se, as

grandes potências) adoptaram, nas últimas décadas, uma posição de princípio quanto à manutenção das fronteiras, por mais aberrante e gerador de conflitos que tenha sido o seu traçado. É claro que o fim da Guerra Fria veio de novo trazer à ribalta a precariedade desta fictícia estabilização.

O facto é que, resultantes de acordos de gabinete entre dirigentes políticos ou militares, e exprimindo as relações de forças entre Estados num dado momento, se torna inevitável que muitas delas tenham vindo a atravessar comunidades étnicas, deixando durante períodos mais ou menos longos parte delas no interior de Estados onde constituem “minorias”. Segundo o Nuno, a “tradição europeia” tem sido, nestes casos, a de um convívio pacífico. Disso não estou tão certo. Dado o, esse sim tradicional, chauvinismo dos governantes, tais minorias são normalmente olhadas como uma espécie de “quistos” ou “corpos alheios” que, mesmo quando não sujeitos a discriminações legais, são sempre olhados com desconfiança e mantidos sob vigilância.

E aqui chegamos a uma questão fundamental: por mais culturalmente homogéneo que seja um “povo”, ele constitui uma sociedade organizada, diferenciada, atravessada por conflitos e divisões sociais internas. Dizer que um “povo” é inimigo de outro é, por isso, uma abusiva generalização. São as classes dirigentes que promovem esse sentimento de inimizade, como forma de “identificação” e como suporte de “mobilização”, em nome de um “interesse nacional” que geralmente (mesmo nas chamadas “democracias”) coincide com os interesses dos poderes políticos e económicos.

No artigo do Nuno este equívoco surge de forma clara quando ele recorda ter ficado a “admirar esse povo [jugoslavo, 1961] que, com entusiasmo, encetava um novo ciclo da sua História”, tendo escrito linhas antes, ao comentar a situação actual, que “não serviu quase um século de convivência política, que afinal era artificial e imposta pela força, para irmanar os seus povos [agora pluralizados]; quanto mais vizinhos, mais inimigos”. E cabe-me então perguntar: seriam mesmo esses povos tão figadalmente inimigos que, tendo convivido durante tanto tempo e mesmo em boa parte se terem “mesclado” (caso da Bósnia), de um dia para o outro lhes dê para se exterminarem, torturarem, humilharem uns aos outros com os maiores requintes de selvajaria? É legítimo pensar que tal ódio e vontade de extermínio tenha resultado de um autêntico “sentimento colectivo”, apenas temporariamente recalçado?

Na realidade estamos a falar (em particular no caso jugoslavo) de povos vivendo fases turbulentas de transição política e económica, de desemprego e incertezas sem conta quanto ao futuro, com experiências “democráticas” incipientes e duvidosas - presas fáceis de “homens fortes”, aspirantes a “salvadores”, em nome de uma “soberania nacional” que, de resto, poucos desses povos verdadeiramente conheceram ao longo da História. É bom não esquecer que os lobbies dos fornecedores internacionais de armamentos não se terão abstido de aproveitar esta magnífica oportunidade de negócios. Que tais dirigentes políticos contaram com precipitados apoios e incitamentos de algumas grandes potências. E, por fim, que boa parte desses ingredientes já há muito haviam ajudado Hitler na sua ascensão. Como evitar, nestas condições, que uma vontade (legítima) de

independência seja facilmente transformada em rejeição (ilegítima) de toda e qualquer "minoría" em território nacional - numa palavra em determinação de "limpeza étnica" ?

E, de passagem, ocorre perguntar: Hitler, o autor da mais atroz "limpeza étnica" deste século (estranho que o Nuno não o tenha mencionado) deve ser excluído da "tradição europeia"? E não foram europeus, no essencial, que construíram os Estados Unidos sobre uma imensa "limpeza étnica" (dos índios americanos), séculos mais tarde da que outros europeus (os da Península Ibérica) fizeram no que hoje se chama de países ibero-americanos? Sem sequer citar outros casos, onde está a tal "tradição europeia"?

É altura de passar ao texto do Alexandre, cuja pertinência de inclusão neste artigo alguns leitores estarão porventura, neste momento, a pôr em dúvida: não será ele apenas uma breve crónica sobre a cidade do Porto? Do meu ponto de vista, talvez errado, está longe de sê-lo.

Quando leio que "o Douro é a fronteira entre o Norte e o Sul" ou vejo como sujeito de uma frase "o homem do Norte, iniciador de Portugal", isto diz-me que não é só do Porto-cidade que se trata. O mesmo quando dou com a identitária solidez da afirmação de que "o Norte é a estabilidade, a continuidade, a expressividade de contradições assumidas, tudo unido pela fatalidade do granito. Há, pois, um "Sul" que deve ao Norte ter sido Portugal, e de que a moleza do calcário (branco!) simboliza as fragilidades de convicção e a apetência fácil por um Poder que não merece: "Lisboa é a Corte, o Porto a cidade [leia-se: a comunidade, o 'povo']"...

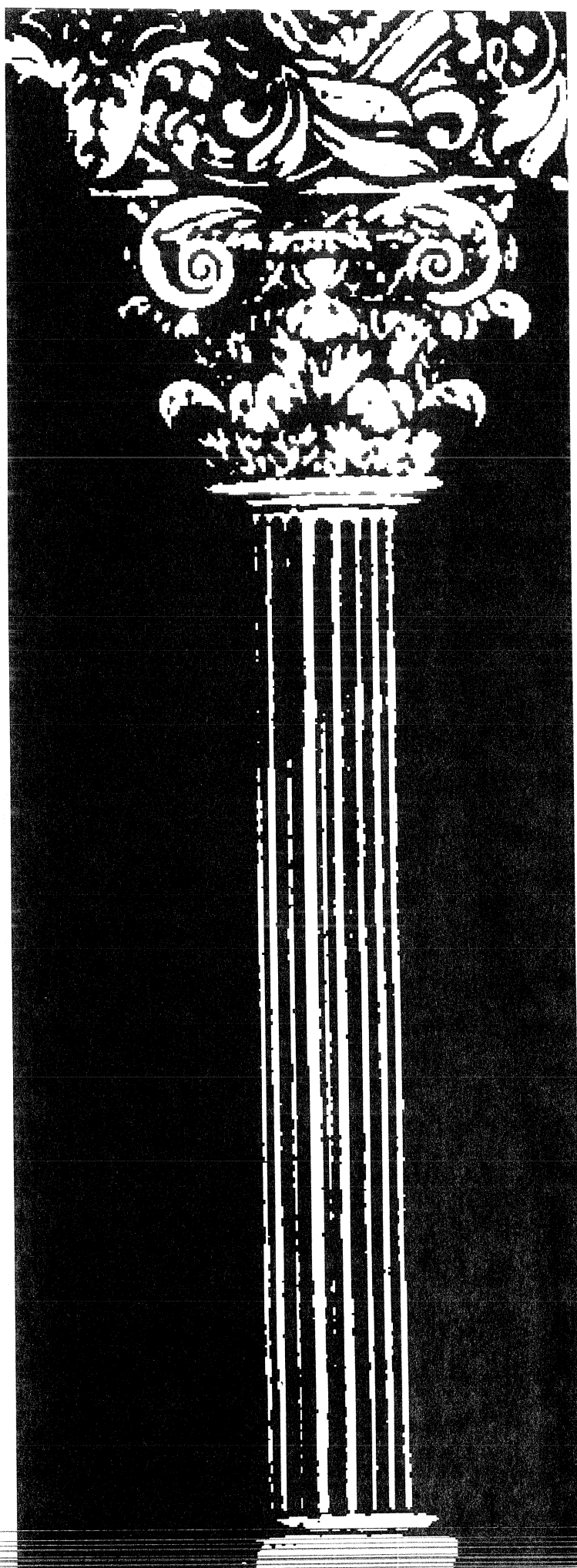
Claro que isto se insere num texto (irónico? moderadamente crítico? apologético? - não é fácil destrinçar) em que o protagonista é o Burguês portuense, o "construtor da cidade" e seu ideólogo - a expressão é minha - e a ele se atribui "uma posição de suspeição em relação à capital e ao poder central, valorizando acima dos seus interesses de classe os da identidade regional, a cimentar um sentido colectivo de diferença e de autonomia geocultural". Mas quando, logo de seguida, se generaliza para "o Porto é burguês, igualitário e chão", há razões para admitir que "o burguês" se identifica com "o povo", palavra sempre ausente, aliás.

Confesso que isto me deixa intranquilo. E voltando às minhas considerações anteriores parece-me lógico que ao "burguês" portuense pareça mais vantajoso tentar unir o seu "povo" em torno da "identidade regional", do que deixá-lo entregue às tentações da "luta de classes". Ele sabe bem que não pode deixar isso a abstrações como a "fatalidade do granito" ... E, no entanto, eu era capaz de jurar que os trabalhadores nortenhos têm bem mais a queixar-se do seu "burguês", isto é, do seu patronato tradicionalmente intransigente e reaccionário, da sua exibicionista "aristocracia", com fortunas construídas sobre a exploração do trabalho mal-pago do dito "povo", do que do centralismo lisboeta. Aconselho-te, Alexandre, a leitura de "A questão social no salazarismo - 1930/1947", da Fátima Patriarca (recentemente publicado), para veres até que ponto isto é verdade. Depois de 1947, sabes certamente melhor do que eu..

Se um dia as condições fossem propícias, o que neste momento está longe de ser uma hipótese razoável, acredita que os promotores de qualquer Partido do Norte não precisariam (mas seria bem-vindo) de qualquer empurrão ou apoio da intelligentsia portuense para incendiar os ânimos populares. Foi isso o que até aqui tentei mostrar com os dramáticos exemplos que referi.

Mas é notório, por essa Europa e já também em Portugal, que a bandeira da exclusão do "outro", do "diferente", não só tem forças consideráveis a empunhá-la como já se exprime em significativos resultados eleitorais. Sinceramente, penso que o teu texto se presta, pelo menos, a más interpretações, como poderá - espero - ter sido a minha. O tempo não está para aprendiz de feiticeiro.

Nasci e sempre vivi em Lisboa. Mas não admitirei que, por essa simples (ir)razão, alguém possa ver em mim um agente do Poder Central ou um "inimigo do Norte". Escolho os meus inimigos por outros critérios, obviamente não-regionais. As ideologias poderão, dizem, andar muito por baixo. Mas, ao menos, a Razão?



Mestres e discípulos

João Martins Pereira

Não há homens exemplares, felizmente. Só os deuses, ou os santos, mas esses somos nós que assim os construímos, se nos der para isso.

Mestre é hoje um grau universitário. Legiões de docentes e investigadores estão a ser feitos mestres em múltiplas ciências, ante-câmara incontornável para mais tarde serem doutores. Muitos serão altamente competentes nas suas especialidades, outros menos, como sempre. Mas de quantos dirá alguém um dia que foram seus Mestres?

Mas, para além desses, que assim se chamam porque assim uma lei decidiu chamar-lhes, muitos mais povoam a língua, a História e as nossas vidas.

Pelo mestre-escola, (nem) todos passámos. Pelo mestre-de-obras, passam serventes e aprendizes. Andámos pela Calçada dos Mestres, os dos antigos ofícios. Admirámos o retábulo de algum Mestre medieval, que permaneceu incógnito. Até dos miúdos que pedem esmola, dos que entram cedo nos circuitos da droga, dos que se prostituem, dizem as boas almas que "foi a rua o seu mestre". E dos inventivos, dos desenrascados, dos que partiram à aventura para outras terras, que terá sido a "necessidade". Em quase tudo isso há um saber (letras, contas, artes, ofícios, códigos sociais ou de grupos restritos) e uma aprendizagem. Há, de algum modo, mestres (sejam eles abstractos) e discípulos. Mas porque tão incontáveis e diversos, de novo a mesma questão se põe. Decididamente só a podemos tratar vendo-a "pelo nosso lado", já que só cada um de nós será capaz (com algum esforço) de nomear quem terão sido os seus verdadeiros Mestres.

Olhamos, ou pensamos, como Mestres todos aqueles que alguma vez nos ensinaram alguma coisa? Seria obviamente absurdo. A quem daríamos então esse estatuto? De quem nos apeteceria dizer que foram os nossos Mestres? Que relação tivemos com eles? O que nos deram? Apenas uma frase ou um gesto? uma explicação? uma teoria? um ensinamento prolongado? Sentimo-nos seus discípulos, fiéis, confidentes, ou apenas (!) devedores de nos terem aberto as sucessivas portas de sucessivas gaiolas de que não sabíamos libertar-nos? Do meu ponto de vista, é nesta questão da gaiola que está a chave.

Falo dos Mestres "de vida", não dos mestres de ofícios ou saberes profissionais. Podem muitas vezes ter coincidido, mas nem sempre. Falo dos que nos ajudaram a ser o que "fomos sendo", a pensar o que "fomos pensando", a sentir "o que fomos sentindo", a conhecer-nos a nós-próprios e a tentar compreender o mundo, os outros. Do fundo dos tempos, mais ou menos distantes, muitos deixaram-nos a palavra escrita, a obra que nos deixou marca. Preferimos, quantas vezes, não os ter conhecido. Outros, nossos contemporâneos, tão pouco nos cruzámos com eles. Mas esperámos atentos, se não ansiosos, pelo livro anunciado, pela tomada de posição que sabíamos inevitável, pela assinatura no manifesto imprescindível. De alguns esperámos também que sáíssem da cadeia, sempre tão livres como antes e como enquanto lá estiveram.

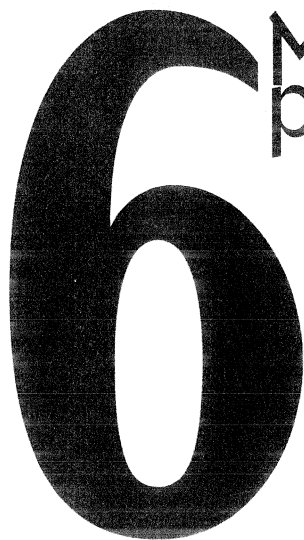
Enfim, os mais próximos, com quem convivemos, não terão tido (com a excepção de um ou outro raro professor) numerosos discípulos, foram gente anónima ou quase, Mestres só nossos e de um escasso número de amigos, conhecidos ou familiares. Esses foram os que mais arriscaram, porque porventura tentámos ver neles um exemplo, e isso é sempre injusto e excessivo: não há homens exemplares, felizmente. Só os deuses, ou os santos, mas esses somos nós que assim os "construímos", se nos der para isso.

Isto leva-nos a outro ponto essencial. Os nossos primeiros Mestres "caíram-nos pela frente", ao acaso da Escola, da família e do seu círculo de amigos, das primeiras actividades de adolescente (desportivas, associativas, políticas já, em muitos casos), das primeiras leituras. O professor de História que nos obrigou a estudar o livro do Mattoso, mas nos deu mil pistas para perceber o que lá não estava, e não era pouco. O velho catedrático de Matemática, banido pelo regime salazarista, que fez Escola em sua casa e nos ensinou bem mais do que Matemática, sem precisar de falar de política. Esses são dois exemplos meus, inesquecíveis, de entre os quinze e os dezoito anos. Esses os que abriram as primeiras portas. E outros se seguiram. Até ao momento, decisivo esse e indatável, em que nos sentimos livres, nos julgamos capazes de pensar pela própria cabeça, de entender o que se passa à nossa volta. A partir daí, somos nós que vamos escolher os nossos Mestres, descobri-los, com eles juntando pedras e mais pedras à construção do que "vamos sendo".

Infelizmente, nem todos poderão contar a mesma história. Para não ir mais longe, a maioria dos que terão por "mestres" (para simplificar) a "rua" ou a "necessidade" não se sentirão devedores de ninguém, dirão quando muito que se fizeram à sua custa, para chegarem onde possam ter chegado. A sociedade que os deixou nascer e crescer em gaiolas fechadas não lhes deu sequer oportunidades para que alguém os ajudasse a abrir as portas. Alguns fizeram-no com uma gazua.

Escuso dizer que esta é uma visão ideológica do Mestre. Outros dirão que foram seus Mestres quem lhes ensinou o respeito pela tradições e pela ordem estabelecida, a "necessidade" histórica e fecunda das desigualdades, o temor à mudança e aos radicalismos subversivos. São, do meu ponto de vista, os que conseguem sentir-se livres dentro das suas próprias gaiolas, ou fortalezas, ou torres de marfim, onde não há lugar para intrusos.

Falando de Mestres, como de tudo o resto, acaba-se sempre na mesma conclusão: não morreram as ideologias.



MANIFESTO

p o n t o s s e m

1. comemorar duzentas edições de combate é reivindicar um passado.

O combate começou por ser um projecto partidário, um jornal de afirmação política, de notícias de actividade e de comentário ideológico ao serviço de uma corrente que se afirmava nos turbilhões do pós-25 de Abril. Uma corrente de esquerda entre outras, definida pela hostilidade ao reformismo complacente e à subserviência estatista, buscando rupturas e mobilizações, nomes de uma revolução que se viveu e que marcou o princípio de um novo século.

O combate evoluiu desde então: porque se manteve fiel às mesmas preocupações e ao desejo de convocar uma esquerda insubmissa, e por isso mudou com uma passagem da fronteira que escolheu - desde há quase dez anos ganhou autonomia e passou a ser produzido por um colectivo auto-gerido em que cõr partidária e independência coexistem porque não são critérios de selecção. Esse colectivo foi mudando em composição, mas manteve o mesmo projecto. Sempre, o combate prosseguiu o seu trabalho de Ariana de juntar pistas e indicar caminhos, bifurcações e alternativas.

Porventura mais ambicioso, porque pretendeu e pretende ser um ponto de referência, um centro de gravidade de inquietações e raivas, de críticas da razão cínica e de afrontamentos. Tudo o que tem faltado à esquerda, tantas vezes atrofiada no seu parolismo nacionalista e no estrangeirismo embasbacado, na dependência de ideias feitas e de certezas dogmáticas, tudo isso pretende o combate questionar e dinamitar.

2. comemorar duzentos combates é redefinir um projecto.

Sem limites: nenhuma muralha condiciona o âmbito destes combates. Todas as dimensões da vida quotidiana, das vidas em que felicidade e infelicidade se cruzam, das determinações universais e dos particularismos mais concretos, todas fazem parte da cidadania e são do âmbito da esfera da democracia. Radicalizar Marx e Rimbaud, mudar o mundo e mudar a vida, mudar tudo porque a crise é ficar tudo como está. Que ninguém nos diga que essa crítica está a mais porque deve ficar na memória de anos passados e de ilusões desfeitas, que a crítica se dissolve como a adolescência, que saindo do armário só nos resta a banalidade.

Ilusões, perdemos algumas. Deixamos alguma alegria na revolução sandinista, mas nem o seu fracasso amargo nos leva ao cinismo voltado contra a coragem zapatista. Conhecemos de quanto crime e violência sem fim é capaz uma esquerda no poder, a social-democracia que apoiou os corpos francos que assassinaram Rosa, os estalinismos de Moscovo a Pol Pot, e nem por isso nos tornamos liberais bem-pensantes, como alguns dos cúmplices agora convertidos aos salões.

Fizemos guerra aos dogmatismos e à razão de Estado: não transigimos em ideias, pensando sempre que a esquerda se define pela intransigência, a começar consigo própria. Sem certezas, temos o fundamental, o incontornável, as convicções: e essas são mais poderosas.

E por isso o combate assumiu o seu nome e esse horizonte: ao contrário de outros, somos mais radicais com a idade do bom senso, porque vemos mais e até cremos que melhor as contradições, os impasses, os constrangimentos, as marcas de uma sociedade velha. Mudar o mundo é um programa de juventude, pois claro: o combate segue-o, porque não respeita outro programa.

3. duzentos combates em nome de uma escolha.

Não acreditamos nem seguimos as famílias poderosas do poder na esquerda. Somos sapadores das instituições, não dependemos de amigos do governo nem do governo de amigos: conhecemos demasiado bem as leis do ciclo, a rotatividade esmagadora da política, para que façamos parte desse grupo imenso de crentes que esperam um melhorismo pacato de um governo que se vota em nome de grandes esperanças, para dele sofrer depois as grandes mudanças que sempre são impostas por essa lógica implacável e fisiológica que torna todos os ministros e os governos semelhantes entre si na razão suprema do poder.

O combate define-se pelos três pilares de uma crítica total da política que existe, pela rejeição dos cantos de sereia, e pela memória sem fim: fora de moda, lido pelos que preferem a insubmissão à

r e t i c ê n c i a s

comodidade, o combate sabe o que a esquerda esquece, conhece os fundadores, lê Marx ou Lenine, lembra a coluna Durruti ou os fuzilados de Moscovo, Sacco e Vanzetti ou Miguel Enriquez.

O combate viveu ocupações e movimentos urbanísticos populares, discussões e afrontas sobre a propriedade, movimentos contra as propinas, mobilizações pelos direitos das mulheres, o combate fez campanha por Bobby Sands, reclamou os direitos dos soldados e fez renascer o anti-papismo, descobriu os meandros da justiça e das prisões, pensou sobre o direito dos doentes e discutiu todas as dependências, das drogas à Televisão. Ao longo de tantas edições, fez-se um dos inventários críticos mais profundos e insistentes da imprensa portuguesa.

Tudo isso foi partilhado por redactores, colaboradores e leitores. Foi assim porque queremos, não estamos a dever nada a ninguém.

4. e uma discussão em nome das **opções** mais concretas, mais práticas, mais urgentes e mais realistas.

Lugar de utopias, onde se juntam as e os insatisfeitos com o encantamento utópico, os combatentes destes combates animaram e animam discussões e opções que marcam o futuro. Porque não aceitam o embalço dos subsídios, o consolo da euro-dependência, a troca de fundos por direitos e de promessas pelos escassos poderes de decisão: a Europa, imposta por tratados e regras e comissões e governantes contra os direitos europeus da tradição da luta pela democracia, pelos trabalhadores e pelas nações, a Europa continua a ser o tema dominante.

De fim de século, dirão os jornalistas de uma imprensa tradicional à procura do título magazinesco. Pois, de fim de século, porque o artificialismo de uma construção brutalizante, regida por banqueiros frenéticos e por monetaristas destemperados, se vai impondo contra um começo que podia e devia ter significado convivência em paz e cooperação social. A Europa que resiste em alternativa só pode sobreviver se se desenvolver a partir do socialismo, do respeito dos direitos nacionais e da defesa do programa mais importante que tem que redefinir a esquerda: a luta pelo pleno emprego, Cidadania e direito ao trabalho, o direito à vida contra o direito à propriedade, a opção é concreta e imediata, em nome de dezenas de milhões de excluídos. E esse tem sido este combate. Sim, para transformar o mundo é preciso compreendê-lo.

5. ao longo de duzentas provas, o combate mostrou que pode haver uma **excepção** na imprensa portuguesa.

Porque não nos contenta a representação sem apresentação nem a delegação sem opinião. Porque a ideia e a informação, o debate, o esclarecimento, a confrontação, e finalmente a escolha não são produtos e não os colhemos em mercados. Saber e informar não é consumir: é produzir. E por isso os direitos cidadãos não se podem restringir ao pobre horizonte de uma imprensa comercial, de televisões escandalistas e de rádios publicitárias: informar é ganhar o direito de dar opinião, de olhar e interpretar, de contar e de discutir. O combate assume esse papel, toma posição, luta por ideias.

... a excepção que desafia a regra.

6. que dirá o **combate** das suas trezentas edições está por ver, naturalmente.

Mas o programa podemos anunciá-lo desde já: continuaremos iguais, abertos à mudança, convidando toda a energia, o pensamento, a crítica das esquerdas alternativas, dos que não cabem na solidão de um sofá em frente à TV, dos que não pensam que a vida é uma carreira e que uma carreira é uma corrida.

Não ter medo de ser feliz, o lema de uma empolgante campanha socialista brasileira, serve ainda agora para este combate. Sem medo.

Alexandra Dourado, Francisco Louçã, Heitor de Sousa, Henrique Silvestre, Inês Fonseca, João Carlos, João Martins Pereira, João Paulo Cotrim, Jorge Costa, Luís Branco, Nuno Milagre

JOÃO MARTINS PEREIRA

A MARÉ DO DIÁLOGO

Respondendo a uma tirada do primeiro-ministro, segundo o qual quem combate a regionalização são os "intelectuais lisboetas bem-pensantes", Miguel Sousa Tavares sentese atingido, e, pelo meio de uma abundante (e razoável) argumentação, diz numa crónica esta outra pérola: "não nasci em Lisboa e tenho nisso um infinito orgulho". Este diálogo, como agora se diz, merece alguns comentários.

Em primeiro lugar, coisa já com uma longa história, pelo que nem surpreende, temos a aversão dos governantes, supostos homens de acção, aos intelectuais, homens de pensamento. Os próprios antecessores de Guterres deram o exemplo, mais até o Soares primeiro-ministro (o Soares Presidente, esse, manteve com eles um autêntico idílio) do que o tecnocrata e inculto Cavaco, que nem sequer os incluiu nas "forças de bloqueio", a não ser talvez indirectamente, pela influência que exerceriam sobre ... Soares. Mas do homem que tanta "inteligência" mobilizou para os seus Estados Gerais, que elevou a Cultura e a Ciência a ministérios, aquele grito do fundo da alma só não espanta porque sabemos que a política, dos governantes ou candidatos, não tem que ver com qualquer das famosas "ética da convicção" ou "ética da responsabilidade", mas com algo a que poderíamos chamar, caricaturando, de "ética da conveniência": diz-se o que é preciso dizer, no momento em que é preciso dizê-lo, ainda que ontem se tenha dito o contrário.

Em segundo lugar, o próprio facto de MST se ter ofendido significa que ele se assume, provavelmente com razão, como um dos visados por Guterres. Ora já muito se tem escrito sobre a condição de intelectual, mas vejo mal como se pode encaixar um MST em qualquer ideia que se tenha sobre a matéria. Figura eminentemente mediática, jornalista de opinião que constantemente nos aparece a pronunciar-se sobre as questões de actualidade, coisas contra as quais nada tenho a objectar, não se lhe conhece nenhum trabalho de reflexão, nenhuma "linha de pensamento" inteligível que de algum modo articule toda essa produção opinativa. Justamente o oposto do intelectual, geralmente avesso à promoção fácil, aos ecrans televisivos (da SIC, então!), ao comentário apressado ou circunstancial, ainda que o tenha de fazer, por vezes, para ganhar a vida. Não confundir intelectual com aquilo a que hoje se chama "líderes de opinião", mas se calhar era mesmo a estes que Guterres se referia.

Por fim, o infinito orgulho de não ser lisboeta. Desde logo, posso estar errado, mas defendo que só é, em rigor, legítimo ter orgulho daquilo que se fez ou para que de algum modo se contribuiu. Rejeito, por isso, coisas como o orgulho de "ser português", o dos "antepassados", o do "pai que tenho" ou o de sermos (quem?) campeões europeus, mundiais ou olímpicos, embora reconheça ser esse o uso corrente da palavra. O orgulho de não ter, ou ter, nascido em Lisboa, é, pois, para mim, um mero disparate: calhou assim, simplesmente, e isso pode agradar-me ou não, o que é diferente. Mas voltando ao MST, o que assusta é o irracionalismo da expressão, que equivale, a contrario, a dizer-nos, a mim por exemplo, "vocês deviam ter vergonha de ter nascido em Lisboa!". O simples local de nascimento ser um ferrete, apagando o que se é (se isto faz sentido), o que se fez, o que se pensa, o que se deseja, o que se ama, aquilo por que se luta, constitui um "critério de exclusão" semelhante aos que estão na base das diferenças étnicas ou religiosas. É, pelo menos, uma reserva mental inadmissível, como a que é frequente face aos emigrantes: é turco, ou português, ou cabo-verdiano, mas é

PÃO, AMOR E... FILMES ITALIANOS

empregadas domésticas, pescadores, trabalhadores agrícolas, desempregados, oportunistas e vigaristas, novos-ricos e

Ao princípio, eram os filmes. Ia-se ao cinema ver filmes, e não, a pretexto de filmes, "ver Cinema". Foi preciso passarem as décadas, para haver História (do Cinema). Chegarem os "Cahiers", para haver Teoria (do Cinema). Dos cinemas, salas escuras povoadas de cabeças e corpos, emoções e suores, ansiedades por um tempo esquecidas, mãos por um tempo entrelaçadas, passou-se ao Cinema, Arte 7ª, sem a presença da qual (ou o seu peso em estrelas) nos dizem hoje que não adianta ver filmes. Escreve-se em jornais diários como se o mundo fosse de cinéfilos, teoriza-se aí à falta de lugares mais próprios, que por cá nunca medraram - a prova de que os cinéfilos sempre foram escassos, como quase tudo. Continua-se, pois, a ver apenas filmes, com a diferença - e não é pouco - que os cinemas perderam aquele ar de templos da escuridão e locais de cavaqueira nos imprescindíveis intervalos, para se tornarem, cada vez mais, iscos de compras em centros comerciais: "o filme não prestava, mas comprei uma camisola nos saldos". Mas cada um, como no princípio, leva uma vez por outra para casa uma história, uma ideia, uma frase, uma música, um plano que talvez não venha a esquecer, tenha ou não estado perante uma credenciada "obra-prima". Como leva também a ligação "daquele filme" a coisas da vida, desse tempo ou desse dia, a que a memória para sempre o associará. Tudo isto são minúcias que a "Arte pela Arte", hoje arrogantemente triunfante, teima em ignorar.

Quem viveu a vintena nos anos 50 e alvares dos 60, em Lisboa, sabe bem do que estou a falar. Mas não é mau relembrá-lo, quanto mais não seja para que os espectadores de hoje se libertem de complexos face às "estrelas" dos críticos, que tantas vezes podem viciar a nossa relação com os filmes, levando-nos à frustração de não ter visto neles o que nos foi inexoravelmente anunciado: "a não perder!".

Víamos westerns (a que chamávamos filmes de cow-boys) sem saber que eram do Ford ou do Walsh, musicais sem conhecer Bubby Berkeley, comédias ou melodramas sem nunca ter ouvido falar de Mankiewicz, de Sirk ou de Lubitsch. Mas, à primeira, fixámos o nome do De Sica (com os "Ladrões de bicicletas", e logo depois, com o "Milagre de Milão") e do Fellini (com "La Strada"). Rimos perdidamente com Abbott & Costello ou com Danny Kaye, mas rimos e pensámos ao mesmo tempo com o Tóto e com o Fabrizi. Não esquecemos o Bogart ou a Bette Davis, mas nenhum dos seus filmes nos terá deixado as marcas de um "Arroz amargo", visto talvez num alvoroçado 2º balcão do Império. Quem o realizou? Sabemo-lo hoje, mas já não precisámos que nos viessem recordar que era com a Silvana Mangano, que nos inferneizou os corpos na altura. Como lembramos a Sofia Loren da série "Pão, Amor e ...", sem ainda sabermos que estava ali uma grande atriz, coisa de que nunca tivemos dúvidas no caso da Alida Vali (no "Terceiro Homem" e depois no "Senso") e no da Magnani, que não víamos na "Roma, cidade aberta", ainda andávamos de calções, mas admirámos na "Bellissima" ou em "A comédia e a vida". Como guardámos fundo também o De Sica-actor nesse magnífico "Generale della Rovere", filme que, talvez por demasiado sartriano (atributo nada recomendável nos nossos dias), está hoje no limbo dos objectos secundários nas histórias do cinema europeu.

Pela distorcida imagem - todas o são, de resto - que dou dos filmes que frequentámos naqueles anos não será difícil imaginar o papel que o cinema italiano ocupa na memória dos que então aprenderam a amar o cinema (com "c" pequeno, esse de que cada um tem a sua história privada), e a precisar dele como pão para a boca. Talvez me engane muito, mas acredito que nesses anos terá chegado a haver momentos em que eram italianos a maioria dos filmes exibidos nas salas de estreia de Lisboa. A que atribuir tão grande popularidade? Que teriam eles de tão particular?

Boa parte deles passava-se na actualidade de um país destroçado pela guerra e pela ocupação, derrotado, com enormes carências no quotidiano, cada um a ter de recorrer a mil expedientes para sobreviver. Os cenários eram muitas vezes naturais, os actores muitas vezes não-profissionais. As histórias eram quase sempre de "gente comum", dos seus dramas, grandezas e misérias. Universo de pequenos funcionários, de polícias e ladrões de meia tigela,

biscateiros. Universo das "insignificantes" alegrias e tristezas de toda essa gente, de tantos heróis ignorados, de amores e ódios desmedidos ou caricatos, de violência das emoções e das paisagens (lembro "Stromboli"), de ternuras e generosidade sem fim, de lutas inglórias ou patéticas, de exploração e raiva. Numa palavra, universo de *resistência*.

Tanto bastará para que já ouça: "lá vem ele com o neo-realismo". Por mais que hoje se atribua o neo-realismo à falta de meios para fazer grandes filmes de estúdio, que a teve obviamente, o facto indelével é que existiu, coisa que agora a muitos apetece esquecer, re-escrevendo a história como outros apagaram retratos de Trotski (e como outros já nos nossos dias, em nome de não sei de que "politicamente correcto", se permitem apagar beatas dos lábios do Malraux em inocentes selos de correio...). É curioso ver como, comentando alguns dos filmes italianos dessa época que ainda consideram como "obras-primas", os críticos se apuram em distinguir o que têm de "eterno" e universal (os aspectos magistrais da análise da "condição humana", os diálogos a, b e c, os planos x, y e z) do que está irremediavelmente "datado", como sejam, é claro, as implicações sociais e políticas. Este "datado" serve, de resto, para arrumar todos os outros filmes.

Ora nem sequer foi por serem neo-realistas (alguns não o eram) que os filmes italianos tiveram por cá o sucesso que tiveram. Foi simplesmente por serem o que eram, por dizerem o que diziam. O Portugal de então (Lisboa incluída), sem guerras, destruições ou ocupações, era um pequeno mundo atrasado e miserável, parado no tempo, aparentemente parado no tempo, para o qual aquelas histórias pareciam ter sido inventadas. Com a diferença que os filmes italianos nos diziam que esse mundo - o deles e o nosso - fervilhava de vida, isto é, de emoções, lutas quotidianas, dramas e alegrias. E era certamente isso que neles nos seduzia. Esses filmes não eram panfletos incendiários, não terão feito nascer dezenas de revolucionários, mas davam-nos um olhar sobre nós-próprios e sobre o que se passava à nossa volta que nunca poderíamos esperar dos assépticos filmes americanos ou dos elaborados franceses ou ingleses da época, por mais que nos pudessem "agradar". A produção italiana estava, simplesmente, muito mais próxima de nós.

E não nos venham falar da influência das comédias italianas sobre o cinema português dessa altura: os filmes nacionais não eram mais do que o aproveitamento comercial da popularidade de grandes actores de revista e de comédia (eram os tempos áureos do Parque Mayer), explorando temas como o futebol, as touradas, o fado, estudantes e tricanas, a História pátria ou a alegre vida rural, e pondo o acento nas canções, que a rádio transmitia horas a fio e se trauteavam nas ruas - "Água fria da ribeira", "Ó rua do capelão", "Cantiga da rua", "Coimbra é uma canção", etc. etc. Eram, no essencial, filmes de estúdio e de actores, onde a "gente comum" nunca ia além da mera imitação, nem o pretendia.

Voltando a Itália, resta acrescentar que toda aquela imensa explosão de energias, imaginação e desenrascanço veio a dar, nos anos que se seguiram, o seu contributo ao chamado "milagre económico italiano". Um filme ainda dos anos 60 - o admirável "As mãos sobre a cidade", do Rosi - já lhe anunciava a matriz essencial: o interminável conluio entre o mundo político e as mafias da construção e do imobiliário, que desbocou há poucos anos na enorme balbúrdia da Itália de hoje, surpreendida (??) consigo própria. Mas isso são outras histórias. Do cinema italiano, passámos a receber a conta-gotas quase só as obras do Fellini, do Visconti e do Antonioni (valha-nos isso!), e pelo meio mais uma ou outra pérola desgarrada, como o "Dia inesquecível", retrato de corpo inteiro do fascismo italiano, como nenhum outro.

Por cá, ainda não chegou a hora de nenhum "milagre". Seja o de Milão, ou porventura o do Porto, eterno candidato a salvador não se sabe bem de quê. Quando muito, espera-se pelo "milagre do Euro", ou por qualquer outro que alguém nos traga, tanto faz. Os filmes italianos terão sido apenas, afinal, a "fantasia" do Pão e Amor que já então procurávamos.

ISSS FILMES E O QUE SE PASSAVA A NOSSA VOLTA
E SOBRE OS PRÓPRIOS E SOBRE O QUE SE PASSAVA A NOSSA VOLTA

119